

O PRÓXIMO E O DISTANTE: INCURSÃO PRELIMINAR  
SOBRE TEORIA E APORIA, POLÍTICA E DESEJO NO  
PENSAMENTO SOCIAL DE VARNHAGEN (1816-1878)  
SOBRE O 'DESCOBRIMENTO' DO BRASIL

*Ubiracy de Souza Braga*

“O sangue é fecundo, quando bem derramado, e a conquista de glórias é tão necessária a um povo-nação como o aumento de suas rendas.”

Francisco Adolfo de Varnhagen (1847).

Foram os *historiadores* os primeiros cientistas a estudar as vicissitudes dos problemas humanos. Como sabemos, o século XVI foi a época em que essa familiaridade se completou. A *cosmologia moderna*, que diz respeito ao debate filosófico de discernimento do pensamento humanista na história do moderno pensamento europeu, refere-se à ampla difusão dos estudos históricos e, em particular, àqueles que situavam a concepção de *processo, mudança, evolução* no centro da sua análise e a reconhecem como a categoria fundamental desse pensamento. Esse gênero de *história* surgiu pela primeira vez em meados do século XVIII: Bury, Turgot, Voltaire, depois na *Encyclopédie* e, a partir de então, um *lugar-comum*. Meio século mais tarde, ocorria a famosa idéia de *evolução*, idéia central que destrói a concepção de “tipos permanentes” para se referir às espécies que antes existem e deixam de existir condicionadas pelo tempo. A exposição mais sistemática ocorreu em Bergson. A noção de *desenvolvimento* passa a ser central depois dessa concepção e, para o bem ou para o mal, até os dias de hoje.

Mesmo a idéia de *progresso*, que implicava que o depois pudesse ser explicado em função do antes, encalhou, de certo modo, nos recifes do século XX, ao sair das esperanças ou das ilusões que acompanharam a travessia do mar aberto pelo século XIX. Esse questionamento, a bem dizer, refere-se a várias ocorrências, distintas entre si, que não atestam um progresso moral da humanidade, e sim uma dúvida sobre a história como portadora de sentido, dúvida renovada, essencialmente no que se refere ao seu método, ao seu objeto e mais fundamentalmente às grandes dificuldades não só em fazer do tempo um princípio de inteligibilidade, como, ainda mais, em inserir aí um princípio de *identidade*. A história, isto é, uma série de acontecimentos assim reconhecidos por muitos, acontecimentos que, podemos pensar, importarão aos olhos dos historiadores de amanhã e aos quais cada um de nós, por mais conscientes que estejamos de nada representar, nesse caso pode vincular algumas circunstâncias ou imagens particulares, como se fosse a cada dia menos verdadeiro que os homens, que fazem a história (senão, quem mais?), não sabem que a fazem.

Se a *experiência distante*, para Augé (1992), nos ensinou a descentrar nosso olhar, temos que tirar proveito dessa experiência. O mundo da supermodernidade (*surmodernité*) não tem mais as dimensões exatas daquele no qual pensamos viver, pois vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar. Varnhagem, ao que parece, soube tirar proveito dessa experiência, tal qual Montesquieu o fizera um século antes (Althusser, 1977), pois penetrava na massa infinita dos documentos e dos textos, na imensa herança das histórias, crônicas, recolhas e compilações, apenas para lhes captar a lógica, para lhes perceber a razão. Outras vezes, julgava-se naquele universo gigantesco de dados minúsculos, perdido como nas ondas do alto mar. Esse Montesquieu, que tem tanto amor pelos navios, que lhes estuda o desenho dos cascos, que se interessa pelos primeiros périplos a ponto de seguir os cartaginenses ao longo da costa da África e os espanhóis até às Índias, sentia como que uma afinidade com todos os destinos do mar. Tal como Montesquieu,

*...sabe que traz em si idéias novas, que patenteia uma obra sem precedentes e se as suas últimas palavras são para saudar a terra enfim conquistada, a primeira é para advertir que partiu só, sem mestres, sem um pensamento por pai. Adverte também de que fala uma linguagem nova visto que diz verdades novas. Até no pormenor da linguagem se sente o orgulho de um autor que carrega as palavras comuns que herda com os novos sentidos que descobre. Sente, no próprio instante em que está, como que surpreendido por o ver nascer e tomado por ele, e ao longo dos trinta anos de trabalho que foram a sua carreira, que o seu pensamento abre para um mundo novo. Adquirimos o hábito desta descoberta (Althusser, 1977, p. 13-14).*

Em primeiro lugar, devemos considerar que a sociologia nascida da colonização européia é *cultus* e *culturus*. E essa ilusão que cria a “dependência” em relação ao outro ensinou-nos a *descentrar* nosso olhar. E pouco importa que sejamos de certo modo beneficiários, pois estamos longe, cada qual a seu modo, de dominar todos os aspectos dessas novas civilizações e culturas. Varnhagen soube tirar proveito da melhor forma dessa experiência. Diz ele:

*Ao descobrir-se a América, ou antes, ao colonizar-se ela, durante o século XVI, achavam-se no seu maior esplendor as duas nações do extremo ocidental da Europa, que nisso se empenhavam: assim as línguas e literatura, sempre em harmonia com a ascendência e decadência dos estados, como verdadeira decoração que são de seus edifícios, tocavam então o maior auge [...] O português poliu-se sem degenerar quase nada de sua filiação galego-asturiana, nem corromper o valor das articulações latinas. O castelhano, procedente da mesma filiação, só chegou àquele resultado, depois de arabizar-se muito, de adotar o gutural árabe, e de alterar insensivelmente outras articulações latinas. O português de hoje é o mais legítimo representante do antigo castelhano e do domínio romano na Espanha; e o castelhano moderno serve a comprovar quanto o domínio de uma nação estrangeira pode fazer variar um idioma já bastante formado. Mas, apesar desse polimento da língua e literatura portuguesa, na época em que se colonizava o Brasil, como se as letras se encolhessem com medo do Atlântico, não passam elas com os novos colonos. Não era no Brasil que os ambiciosos de glória tratavam de buscar louros para colher, pois que essa ambição elevada se satisfazia melhor na África ou na Ásia. Ao Brasil, ia-se [sic] buscar cabedais, fazer fortuna; e as miras do literato alcançam mais alto, não é aos gozos, nem mesmo às glórias terrenhas a que aspira: é à glória imortal (Varnhagen, 1847).*

Em seguida, segundo a nossa argumentação, Varnhagen propõe uma “dificuldade” tanto *lógica* quanto *metodológica*, independentemente das possíveis soluções, criando desse modo as bases de uma *aporética filosófica*. Enfim, a política e o desejo do sonho colonizador aparece em seus traços embevecidos pela teoria e prática do que produziu aquele continente que ainda hoje mal compreende a vida e a morte. Senão vejamos: “Toda a guerra de alguns anos, quando bem dirigida, convém, de tempos em tempos, às nações, para as despertar de seu torpor. O sangue é fecundo, quando bem derramado, e a conquista de glórias é tão necessária a um povo-nação como o aumento de suas rendas” (Varnhagen, 1847).

Assim, o que se pretende analisar nestas linhas, tomando como referência o pensamento social de F. A. de Varnhagen, é que há características comuns nos dias de hoje, com as quais estamos refletindo o *ideário dos 500 anos*, e que

talvez proporcionem outro tipo de compreensão explicativa, se comparadas em suas distinções qualitativas. Varnhagen foi um *conservador em idéias*, mas arguto na concepção de um Estado nacional brasileiro, imbuído na construção *ideal* da nação, idéia que no curso da história ganha foro com a imprescindibilidade da intervenção do Estado e com o papel que ocupa o *intelectual* nessa relação.

Queremos dizer, de acordo com Certeau (1994), que estamos fazendo juntos *leitura* e *análise*, tendo em vista que a atividade leitora apresenta, ao contrário, todos os traços de uma produção silenciosa: flutuação através da página, metamorfose do texto pelo olho que viaja, improvisação e expectativa de significados de certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera. Mas, incapaz de fazer um estoque, o leitor, já que escreve e registra, como ofício (de sociólogo) garante-se contra o gasto do tempo, a não ser pela compra do objeto (livro, imagem), que é apenas o *ersatz* (o resíduo ou a promessa) de instantes “perdidos” na leitura. Ele insinua as astúcias do prazer e de uma reapropriação no texto; aí vai caçar, ali é transportado, ali se faz plural como os ruídos do corpo.<sup>1</sup> E mais, não se trata do desejo de saber do analista que torna possível a “situação”, mas é esta que torna possível a existência de um objeto de saber específico, partindo de um desejo que pode visar a ele.

Varnhagen (1816-1878) era filho de um oficial alemão, Frederico V, que outrora dirigiu a fábrica de ferro da província de São Paulo, e de uma portuguesa. Em sua obra, ele faz acompanhar o seu nome das credenciais “Visconde de Porto Seguro. Natural de Sorocaba”. Paulista, nobre, morou pouco no Brasil. Residiu em Portugal desde os seis anos de idade. Sua formação em Lisboa foi mais militar, técnica e matemática. Estudou também paleografia, diplomática e economia política, embora se possa dizer que se distanciou das três principais correntes de pensamento de seu tempo: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês, ignorados no que ele se propôs escrever.

O que se pretende demonstrar no presente texto, tendo como *paradigma* o pensamento de F. A. de Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil*,<sup>2</sup> é, principalmente,

1 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 49.

2 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 7. ed. int., São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962. 6 v.;

\_\_\_\_\_. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1961. 501 p.;

ODÁLIA, Nilo (Org.). *Varnhagen: história*. São Paulo: Ática, 1979. 176 p.;

\_\_\_\_\_. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP, 1997;

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999; entre outros.

*...que parece ser mais próprio e adequado compreender a obra de Varnhagen como a visão política do mundo de uma minoria social, que acaba por engrossar no correr da história brasileira, ao mesmo tempo em que ganha maior ressonância no mundo intelectual pela presença de autores - como Silvio Romero, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre - que, acreditamos, navegam em caminhos desbravados por Varnhagen (Odália, 1997, p. 67).*

Duas questões são essenciais para nós: 1.<sup>a</sup>) trata-se de um ensaísta *esquecido* no âmbito tanto daqueles que mais recentemente realizaram estudos de *antropologia da civilização*,<sup>3</sup> quanto no daqueles que estudaram *etnias e culturas* ou a *etnologia brasileira*,<sup>4</sup> e 2.<sup>a</sup>) trata-se daquilo que a *etnociência* tenta reconstituir, a partir do momento em que se generaliza, propondo uma análise dos procedimentos cognitivos em ação num certo número de experiências. Salvo engano, não há uma sistematização da etnografia ou da etnolinguística realizada, tendo como eixo as teses levantadas por Varnhagen.

De acordo com Odália,

*...a relativa obscuridade de Varnhagen, em vida, e a oposição que sofreu parecem estar ligadas ao fato de que sua concepção de uma Nação branca englobava não só os ideais europeus, mas também insistia na preservação de traços indígenas e negros, especialmente quanto ao fato de que o homem brasileiro não deveria esquecer ser o fruto das três etnias. Sua teoria da miscigenação, por outro lado, encobria também um ataque à escravidão e renunciava sua extinção. No momento em que foi formulada, não deixava de ser uma teoria incômoda e delicada. Se hoje ela pode ser inútil, ontem foi perturbadora (Odália, 1997, p. 67-68).*

O projeto de *colonização* do Brasil evidencia a criação do *primeiro* país planetário. Foi Varnhagen o primeiro a vislumbrar o recurso da colonização em função do monopólio da terra com o exclusivismo colonial e comercial português:

3 Cf. RIBEIRO, Darcy. *Estudos de antropologia da civilização: as Américas e a civilização, processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.

4 Cf. FERNANDES, Florestan *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo: Anhambí, 1958; \_\_\_\_\_. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1975; SCHADEN, Egon. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976; para ficarmos nesses exemplos.

*...a denominação de Brasil veio a fazer-se extensiva ao conjunto de todas as colônias portuguesas neste continente, as quais, emancipando-se, vieram a constituir o atual império brasileiro, hoje em dia um dos Estados de maior extensão do globo, cuja superfície terrestre abrange proximamente a décima quinta parte (Varnhagen, 1962, p. 13).*

Daí ser fácil admitir que, sem passado, o Brasil se constituía por suas relações *internacionais*. A sua conquista e a sua construção artificial foram operações que envolveram desde a tecnologia mediterrânea do refinamento do açúcar e os capitais dos Países Baixos até a gestão política operacional portuguesa. Implicou a transferência de milhões de homens e mulheres na Europa, na África e posteriormente no Oriente. Não podemos esquecer que o projeto ibérico de colonização do Brasil contemplava, também, uma formidável aliança de classes, priorizando a classe senhorial portuguesa em decadência, a nascente burguesia comercial e o estamento do clero que não apenas abençoava o projeto mas também o justificava ideologicamente. De fato, o mundo concentrava-se e misturava-se na “artificialidade do Brasil novo e moderno, no qual sujeitos e objetos humanos e naturais existem para proporcionar riquezas e gozo.”<sup>5</sup>

Varnhagen era, portanto, um historiador *engajado*, militante, apesar de pretender produzir uma “história imparcial e objetiva”. Em verdade,

*Ele é uma voz que cem anos depois é tão atual quanto o foi no momento em que se fez ouvir. Ele é o oráculo de uma situação que se perpetua porque é infinita a tarefa, quando só eleitos e taumaturgos são convocados para a sua realização que deveria ser a obra comum de todos; porque ela é ininteligível, quando o poder e o saber são privilégios que não se repartem; porque ela é infinda, quando o que se realiza pressupõe o tutelador e o tutelado (Odália, 1997, p. 42).*

5 CERQUEIRA FILHO, Gisálio, *A ideologia do favor e a ignorância simbólica da lei*. Rio de Janeiro: CEUEP/RJ, 1993. p. 12.

Ele defende a sociedade escravista e uma sociedade com cidadania restrita. Seu olhar sobre a história do Brasil é, portanto, o olhar do colonizador português. Ele inicia a corrente de interpretação do Brasil que articulará os sentimentos e interesses daqueles que foram considerados os descobridores do Brasil. Ele reconstrói o Brasil, submetendo-o à lógica do descobridor e conquistador. A opção irrecorrível por uma nação branca e européia nasce, segundo Varnhagen, como o fruto amadurecido e temperado de uma experiência histórica em que as linhas da nova nação são legadas e determinadas por uma “civilização superior”. Aos demais grupos étnicos e culturais, considerados vencidos, só lhes resta uma participação passiva no projeto nacional e apenas na medida em que se deixarem ou forem absorvidos e integrados, racial e culturalmente, pelo branco – única fonte de legitimação, pois dele decorrem os valores básicos da nova nacionalidade.

Formação social marcada pela exploração de caráter colonial e escravista, o Brasil é sintoma de uma tragédia inscrita em sua memória. Não designa filiação nenhuma, mas é o *nome* comum de quem trabalha *explorado*, na exploração do pau-brasil. E o *nome*, como sabemos, é o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental em todas as sociedades conhecidas.<sup>6</sup>

Quando Varnhagen afirma que *Terra do Brasil*, ou somente *Brasil*, foi o nome dado pelos portugueses à parte mais oriental do novo continente, em virtude de haverem aí encontrado, em abundância, certo *lenho*, que subministrava ao comércio uma tinta vermelha análoga à que até então, com esse nome, a Europa importava da Ásia (Varnhagen, 1962, p.13), ele simplesmente (des)conheceu ou ignorou o problema posto por Marx, seu contemporâneo (e quase compatriota alemão), “sobre os roubos de lenha e a divisão da propriedade imobiliária” (Marx, 1983, p. 23-24) e outros, os quais o levaram a ocupar-se de forma exemplar das questões econômicas de seu tempo.

<sup>6</sup> Ver nesse sentido GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. Il nome e il come: scambi ineguale e mercato storiografico. *Quaderni Storici*, Torino, n. 40, 1979; e, particularmente, Spie: radici di un paradigma indiziario. In: GINZBURG, C. A. *Miti, emblemi, spie: morfologia e storia*. Torino: Einaudi Editore, 1986. p. 158-209.

O nome *Brasil* significa ao mesmo tempo um *produto* do Oriente e uma ilha do Ocidente. Como *produto*, aparece escrito, segundo Wilhelm Heyd, *lignum brasile* (*braxile, bresillum*), donde derivavam em italiano *bersi* (*berzi, barzi*) ou *verzi*, que finalmente se tornou *verzino*. Essa forma é, portanto, a mais moderna de todas. Como ilha ocidental da Europa, ainda é mais caprichosa a maneira de escrevê-lo. No estudo das cartas medievais, encontrou Kretschmer as seguintes formas: *Brazi, Bracir, Brasil, Brasiel, Brazil, Brazile, Braziele, Braziel, Bracil, Braçil, Bersill, Braxil, Braxiili, Braxiel, Braxyiili, Brasilge*. Não foi provavelmente conhecido na Europa antes das Cruzadas: já o era, pelo menos, em 1140. Vinha em toros de que, retirados a casca e o alborno, restava o âmago vermelho, contendo uma matéria corante, empregada na tintura de panos e em miniaturas de manuscritos, máxime quando se queria salientar os tons róseos; na pintura era menos empregado. A madeira servia também para obras de marcenaria. O novo pau-brasil, que neste país era conhecido com o nome de *ibirapitanga* ou pau-vermelho, acha-se classificado pelos botânicos no gênero *Caessalpinia* (Varnhagen, 1962, p. 12, nota 1).

Nesse clima, produziram-se todas essas plantas exóticas à Europa que, por sua utilidade, se fizeram conhecidas no *comércio*, começando pelo *pau-brasil*, e as *madeiras de construção* e *marcenaria*, como o *jacarandá*, o vinhático e o *piquiá* de madeira amarela, os cedros e *maçarandubas* vermelhas, e outras não menos estimadas. São igualmente indígenas as plantas do algodão, da canafístula, da salsaparrilha, da baunilha, do *urucu*, das castanhas e cravos chamados do Maranhão, das *sapucaias*, da goma elástica, do cacau, do tabaco, e bem assim as do *cará*, da *mandioca* e do *aipim*. Aí se dão alguns frutos regalados, tais como o *anandá*, rei deles, o *caju*, o *saputi*, com razão denominado “pera dos trópicos”, os belos *maracujás*, as coradas *mangabas* e os *araticuns, atas, frutas-de-conde*. Nesses climas é que melhor prosperou, depois, a cultura introduzida da cana, do gengibre, do anil, da canela e do cravo, do café da Arábia, do chá da China. É neles que as mangas trazidas da Índia são mais saborosas, assim como a laranja da Europa.

Não deixaram de aportar nesta costa os navios das primeiras armadas que se destinavam à Índia. O tráfico da especiaria veio a estimular os portugueses a empreender a circunavegação da África, como o do âmbar havia, milhares de anos antes, estimulado os Fenícios à circunavegação da Europa, desde os confins do Mediterrâneo até o Báltico. O que muda, nesse momento, é que o empreendimento é de outra natureza. As primeiras armadas tiveram como comandadas por Afonso de Albuquerque, almirante Gama, Tristão da Cunha, e provavelmente antes destes, por João da Nova. O trato e o uso familiar

fizeram, pois, com que o nome do lenho lucrativo suplantasse o do “lenho sagrado”, para justificar o quão tão pouco havia concorrido o governo português, que só cuidava de arrematar a quem mais dava o *tráfico* do Brasil.

A idéia de que o século XIX no Brasil não pode ser completamente desvinculado do pensamento racionalista do século XVIII europeu é um traço marcante que perpassa as páginas da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. Dessa maneira, quando escrevemos que não podemos separar-nos do século XIX, diz-nos Odália, talvez fosse mais correto dizer que não podemos desligar-nos de projetos e soluções encomendados ao século XVIII, mas que formam o que nós chamamos de século XIX brasileiro.

Nesse quadro geral é que avulta a importância do século XIX no Brasil. Nele foram lançados os projetos de *nacionalidade* nos termos em que vigoram até hoje; é nele que se forma uma *ideologia de dominação*, que se filtra na elaboração de um projeto de Nação, *que se mantém até o momento atual*. Essa é uma característica fundamental, pois a *ideologia de dominação* que se desenvolve no Brasil, desde o século XIX, tem como um dos seus mecanismos mais eficientes de preservação a preocupação de obscurecer e camuflar suas origens e apresentar como novo aquilo que é velho mais de um século.

Assim, diz-nos Odália, lidamos com uma representação, a Nação, que melhor poderíamos chamar de “ficção”. Essa representação ou “ficção” aparece como o resultado de relações sociais que permanecem aquém e além das condições reais dos indivíduos, acima dos interesses de classes e grupos sociais que formam a comunidade. Nenhuma hierarquia social, nenhuma diferenciação de classe, nenhuma discriminação quanto à cor, quanto ao saber, quanto à riqueza parece estar à raiz do que chamamos Nação.

De acordo com Odália, a legitimidade dessa representação só se dá no momento em que os valores que definem são acreditados como universais e, mais do que isso, neutros em relação aos grupos sociais da comunidade. Portanto, na produção dessa ideologia, ao historiador cabe uma das maiores tarefas: ele deve reescrever a história para harmonizá-la e colocá-la dentro dos trilhos assinalados. A história deve ser o espelho em que os homens de uma comunidade se devem olhar e se reconhecer. Nela, o que vão buscar são os traços comuns, que permitem a cada indivíduo olhar o outro e reconhecer-se nele; são as peculiaridades que permitem ao grupo reconhecer-se como grupo nacional e diferenciar-se dos grupos não nacionais. O *passado*, então, aparece como o despertar da consciência da Nação e da nacionalidade para um certo tipo de Nação.

Assim, nunca é demais repetir que, em primeiro lugar, em Varnhagen, o homem é visto menos como uma realidade que pretende modificar e construir. O caminho mais fácil e atraente passa forçosamente pela *idealização*, o que significa conferir ao homem certos atributos que, quase sempre, pouca ou nenhuma relação efetiva possuem com a realidade histórica. Ele surge mais como a expressão daquilo que num determinado momento se considera o homem *ideal*.

Em segundo, não se pode esquecer que, em Varnhagen, o *ideal* de homem branco brasileiro vai aparecer entrelaçado à Nação e ao Estado, de maneira que é nele e por meio dele que essas duas entidades se realizam e se completam. *Ipsa facto* o homem só desabrocha em todas as suas qualidades quando submetido a uma comunidade, na qual encontra o amparo e a segurança de permanecer num “estado de civilização”, sem decair para o “estado de barbárie”, que seria seu destino, faltassem a assistência e a proteção da comunidade.

Finalmente, temos o problema de que o homem não é apenas um ser cultural; ele também possui uma *origem étnica*, freqüentemente diversificada, que, no caso de Varnhagen, implica a busca de uma unidade *idealizada*, pela projetada predominância dos grupos raciais tidos e havidos como mais *fortes e superiores*. Contudo, como na *História Geral do Brasil*, não existe *estritamente* uma teoria racial, em termos biológicos, que decida em favor de uma etnia em detrimento de outras, seu critério é o mais simples e o menos sofisticado: de um lado, a civilização, encarnada no homem branco, *conquistador e cristão*; de outro, a *barbárie, indígena ou negra*. Disso tudo resulta que o “homem branco” brasileiro nasce de uma rede de relações *ideais e históricas* cuja realização final é ainda expressão da mesma vontade *racionalizadora* que projeta a nação.<sup>7</sup>

Varnhagen desenvolve uma originalíssima teoria sobre a sociedade indígena formadora da *Terra do Brasil*.<sup>8</sup> Diz ele:

*Todas as induções, porém, que oferecemos em um trabalho especial nos levam a acreditar que os Tupis procediam, como os Guanches das Canárias, de povos navegadores do Mediterrâneo, que aqui haviam aportado. Com as Canárias deve até haver sido freqüente a navegação desde o Norte da África, visto que está hoje provado que a língua dos Guanches tinha muito de beberesca e egípcio antigo* (Varnhagen, 1962, p. 54).

7 ORDÁLIA, op. cit., 1997, p. 89-90 passim, nota 2.

8 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *L'origine touwanienne des américains Tupis Caribes ...*

Como vimos, Varnhagen traça um longo panorama etnográfico da vida indígena, visando descrever e compreender a organização social dos indígenas, seus costumes, tradições, línguas, ideais religiosos e, de maneira particularmente especial, suas origens. Sua importância, na interpretação que fazemos, e sua preocupação, desde o início, é atribuir ao indígena e à sua sociedade um estatuto e uma importância que não conferem nem à sociedade negra, nem ao homem negro: “abundância que deles havia na costa da Guiné”; “os escravos eram considerados, como na legislação romana, *coisa venal*”...

*Como a colonização africana, distinta principalmente pela sua cor, veio para o diante a ter tão grande entrada no Brasil, que se pode considerar hoje como um dos três elementos de sua população, julgamos do nosso dever, afirma Varnhagen, consagrar algumas linhas neste lugar a tratar da origem desta gente, a cujo vigoroso braço deve o Brasil principalmente os trabalhos do fabrico do açúcar e, modernamente, os da cultura do café; mas fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana e, por conseguinte, a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram conduzidos em ferros do continente fronteira, e sofreram os grilhões de escravidão, embora talvez com mais suavidade do que em nenhum outro país da América, começando pelos Estados Unidos do Norte, onde o anátema acompanha não só a condição e a cor como todas as suas gradações (Varnhagen, 1962, p. 223).*

Esse trecho é bastante significativo e por duas razões: a) “Define seu ideal de um homem branco brasileiro e inaugura uma linha de pensamento ideológico ainda bastante atuante na nossa maneira de tratar o sistema de relacionamento de raças no interior do Brasil”, e b) “O importante a ser notado é que ele é o primeiro ideólogo a formular concretamente a teoria do branqueamento da população brasileira (Odália, 1997, p. 36, *passim*).

Há em Varnhagen uma certa *inteligibilidade*, presente em certas características *etnográficas*, que podem ser aplicadas a dispositivos institucionais e que constituem, de certo modo, as formas elementares do *espaço social* que define um *lugar* como identitário, relacional e histórico, ou seja, a percepção de um espaço e fronteiras além das quais outros se definem como outros, em relação a outros centros e outros espaços:

*...fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana [...], embora talvez com mais suavidade do que em nenhum outro país da América, começando pelos Estados Unidos do Norte, onde o anátema acompanha não só a condição e a cor como todas as suas gradações (Varnhagen, 1962, p. 223).*

Portanto, falar em “descobrimento” implicava dizer que essas gentes e civilizações só tinham passado a ter existência real após a chegada dos europeus. O próprio Varnhagen, justificando a necessidade do europeu, afirmava o seguinte:

Não cabe a mínima dúvida que os Caribes ou Tupis haviam, com inauditas crueldades, invadido uma grande parte do lado oriental deste continente, cujos anteriores habitantes, bem que em maior atraso, eram, em geral, mansos e timoratos. A seu turno devia chegar-lhes o dia da expiação. Veio a trazê-lo o descobrimento e colonização, efetuados pela Europa cristã.

Os cinco milhões de nativos da Hispaníola, aonde chegou Colombo, desapareceram em um século. Os vinte e cinco milhões do planalto mexicano foram reduzidos a dois milhões no mesmo, ou quase mesmo período. Nos Andes, dez milhões tinham virado um milhão e meio ao final do século XVI. Um inegável etnogenocídio. Ao final de três séculos, a população da colônia portuguesa era quase a mesma de 1500, com a diferença de que tinham desaparecido três milhões de nativos, média, grosso modo, de um milhão por século. O mesmo empreendimento colonizador que dizimou em três séculos três milhões de nativos foi também responsável pela “importação”, nos mesmos três séculos, de três milhões de escravos africanos, cuja sorte não foi melhor. É que uma relação dialética une fortemente o destino de índios e negros na América Latina e no Caribe: a escassez de um provoca a abundância de outro; rareando o índio, traz-se o negro para seu lugar. Um é a alternativa do outro. As condições de vida de um estão ligadas, num sentido inverso, às condições de vida do outro. Não se pode dar liberdade ao índio sem que se escravize o negro. Apenas num único ponto seus destinos se assemelham: uma vez conscritos para o trabalho do branco, o regime que os espera é a escravidão.

É idéia *colonialista* que aparece fundamentalmente no *ideário de descobrimento*, início da conquista e objeto de diferentes movimentos de

penetração que, naquele estágio de sua história, compreende as relações sociais e políticas que estão de certo modo marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas. Na América Latina, nos dias de hoje, a última grande fronteira é a Amazônia. Erraram os militares e erram os governos civis, recentes no Brasil, tendo em vista que:

*...a partir do golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a reinstauração do regime político civil e democrático em 1985 (Martins, 1997, p. 147).*

Assim, o continente brasileiro seria repartido entre senhores feudais hereditários, *donatários*, os quais deveriam prestar vassalagem à coroa portuguesa pelas terras concedidas, assim como colonizá-las à sua própria custa. A cada donatário indicava a patente sua respectiva extensão de terras e, com maior ou menor exatidão, os pontos da costa brasileira que, ao Norte e ao Sul, constituiriam os limites de seu domínio. Compreendia a *capitania* tudo quanto ficasse situado entre os dois paralelos, isto é, para Leste inclusive as ilhas que não distassem mais de 10 léguas da costa, e para Oeste uma faixa que se estendia até a linha de demarcação.

O Brasil ficou fracionado numa série de faixas alongadas, paralelas entre si. Doze eram ao todo os donatários, embora o número de capitanias subisse a quinze, pois que outros dois irmãos, que assim o mereceram, foram aquinhoados na repartição do Brasil, recebendo um deles uma capitania com dois lotes separados, e o outro com três. Todo o litoral brasileiro, tanto quanto este pertencia a Portugal, encontrava-se assim distribuído. Essa primeira organização social do Brasil mostra-nos imediatamente, como um espelho, os traços característicos de seu futuro desenvolvimento: a tendência para o enfeixamento de imensos latifúndios nas mãos de um só proprietário de terras por muitas gerações.

## BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, M. *Non-lieux*: introduction à une anthropologie de la surmodernité. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

\_\_\_\_\_. *La guerre des rêves*: exercices d'ethno-fiction. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

ALTHUSSER, L. *Montesquieu, a política e a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

CERTEAU, M. de A. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes 1994.

FERNANDES, F. *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo: Anambi, 1958.

\_\_\_\_\_. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, p. 6, 11 out. 1992. (Caderno Mais).

GINZBURG, C. A. *A micro-história e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. *Miti, emblemi, spie*: morfologia e storia. Torino: Einaudi, 1986.

MARTINS, J. de S. *Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, C. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*: (Borrador 1857 – 1858). Argentina: Siglo Veintiuno, 1971.

\_\_\_\_\_. *El Capital*: crítica de la economía política. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1973, 3 v.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ODÁLIA, N. (Org.) *Varnhagen: história*. São Paulo: Ática, 1979.

\_\_\_\_\_. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP, 1997.

RIBEIRO, D. *Estudos de antropologia da civilização: as Américas e a civilização, processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SATRIANI, L. M. L. *Folklore & proffito: tecniche di distruzione di una cultura*. Itália: Guaraldi Editore, 1973.

SCHADEN, E. *Leituras e etnologia brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

SOUZA BRAGA, U. de. *Das caravelas aos ônibus espaciais: a trajetória de informação no capitalismo*. 1994. Tese (Doutorado em Ciências) - ECA, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. *Ciência moderna e interrogação filosófica: modernidade, identidade e cultura de fronteira*. João Pessoa: Argos Gomero, 1997.

\_\_\_\_\_. *Brasil, 500 d.C.: comentários*. Natal, RN: EDUFRN, 1999. (No prelo).

VARNHAGEN, F. A. de. *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1847.

\_\_\_\_\_. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1961.

\_\_\_\_\_. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. 7. ed. int. São Paulo: Melhoramentos, 1962. 6 v.